



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

07/11/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Senado aprova texto-base da PEC paralela da Previdência em primeiro turno

O plenário do Senado aprovou na noite desta quarta-feira (6), em primeiro turno, o texto-base da proposta com mudanças à reforma da Previdência, que recebeu o aval do Congresso em outubro. Foram 56 votos a 11. Na terça-feira (12), ainda serão votados quatro destaques que podem modificar o texto. Depois disso, há uma votação em segundo turno, prevista para a semana de 18 de novembro, e a proposta segue para apreciação da Câmara. O texto principal da reforma da Previdência, aprovado no fim de outubro, será promulgado na próxima terça-feira (12).

Chamado de PEC (proposta de Emenda à Constituição) paralela, o projeto inclui ajustes defendidos por senadores à reestruturação das regras de aposentadoria e pensões de trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos. O principal objetivo dessa PEC é permitir que a reforma seja estendida para servidores estaduais e municipais. Estados e municípios também passam por uma crise nas contas públicas, pressionadas com a alta nos gastos com aposentadorias e pensões. Para incentivar o ajuste fiscal nesses entes, tramita no Senado, com apoio do governo, uma proposta para que governadores e prefeitos possam replicar o endurecimento das regras previdenciárias para os servidores. Bastaria a aprovação de um projeto de lei nas respectivas assembleias e câmaras municipais. Isso facilita o trabalho desses governantes, que não precisariam fazer a própria reforma. O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), criou ainda a possibilidade de que estados e municípios revejam essa decisão. A revogação também seria por projeto de lei. Nesta quarta, ele apresentou novas mudanças à PEC paralela, que beneficiam profissionais da área de segurança.

A pedido do senador Major Olímpio (PSL-SP), o relator passou a permitir que agentes municipais, agentes da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e peritos criminais possam ter regras de aposentadoria mais vantajosas. A PEC paralela também flexibiliza a regra de transição para mulheres que se aposentarem por idade. É a população mais pobre que se aposenta por idade. Hoje, essas mulheres precisam cumprir 60 anos de idade e 15 anos de contribuição.

**Leia mais:** Jornal Folha de S. Paulo – 07/11/2019

## Comissão amplia para R\$ 998 valor de saque do FGTS

A comissão de deputados e senadores que analisava a MP (medida provisória) com regras para o saque do FGTS aumentou de R\$ 500 para R\$ 998 o valor que pode ser retirado de contas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O relatório do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), aprovado nesta terça-feira (5), estabelece que só poderá realizar este saque total quem tinha um saldo de até um salário mínimo (R\$ 998) em 24 de julho deste ano, quando a MP entrou em vigor.

O texto ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado. Caso a lei seja sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), quem já retirou o dinheiro poderá sacar o restante. Para quem tinha mais de um salário mínimo na conta do FGTS o saque continua limitado a R\$ 500. O relator incluiu em seu parecer prazo de 180 dias a partir da sanção presidencial para a retirada de valores residuais de R\$ 80. O texto aprovado no colegiado permite saque da conta do FGTS caso o trabalhador ou qualquer de seus dependentes tenham doenças raras. O texto também acaba com a multa adicional de 10% sobre os depósitos no caso das demissões sem justa causa.

**Fonte:** Jornal Folha de S. Paulo – 07/11/2019

## Cesta básica varia entre as capitais

Entre setembro e outubro, o custo do conjunto de alimentos essenciais, a cesta básica, aumentou em nove cidades e diminuiu em oito, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 17 capitais.

As altas mais expressivas foram registradas em Brasília (5,21%), Campo Grande (3,10%) e Goiânia (1,12%). As quedas mais importantes foram observadas em Natal (-3,03%) e João Pessoa (-2,34%). A capital com a cesta mais cara foi São Paulo (R\$ 473,59), seguida por Porto Alegre (R\$ 463,24), Rio de Janeiro (R\$ 462,57) e Florianópolis (R\$ 458,28). Os menores valores foram observados em Aracaju (R\$ 325,01) e Natal (R\$ 341,90). Em 12 meses, entre outubro de 2018 e o mesmo mês de 2019, com exceção de Aracaju (-5,11%) e Fortaleza (-1,58%), todas as capitais acumularam alta, que oscilaram entre 1,76%, em Florianópolis, e 10,62%, em Goiânia. Em 2019, 10 municípios pesquisados tiveram taxas positivas, com destaque para Vitória (6,06%) e Recife (5,57%). Outras sete cidades mostraram redução, a mais expressiva em Aracaju (-9,40%).

Em outubro de 2019, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.978,63, ou 3,99 vezes o mínimo de R\$ 998,00. Em setembro de 2019, o piso mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.980,82, ou 3,99 vezes o mínimo vigente.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/11/2019

## IBGE: 13,5 milhões ainda vivem com menos de R\$ 8 por dia no Brasil

A ampliação da ocupação e o crescimento do rendimento no trabalho ajudaram a tirar cerca de 1 milhão de brasileiros da pobreza em 2018. Porém, o país ainda tinha 13,5 milhões de pessoas em pobreza extrema, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O número se manteve estável na comparação com 2017, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE divulgada nesta quarta (6). Em 2018, 6,5% da população se encontrava nessa situação, 0,1 ponto percentual a mais que no ano anterior.

Pela linha definida pelo Banco Mundial —que é a métrica adotada pelo IBGE—, são considerados em pobreza extrema aqueles que vivem com até US\$ 1,90 por dia (o equivalente a R\$ 145 por mês).

Os brasileiros na pobreza extrema aumentaram 2 pontos percentuais entre 2014 e 2018, resultando, no ano passado, em 13,5 milhões de pessoas. "Esse contingente é superior à população total de países como Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal", analisou o IBGE. Por outro lado, são considerados pobres aqueles que tem o PPC menor que US\$ 5,50 (R\$ 420 por mês) por dia. E esse número caiu de 0,7% no ano passado, atingindo agora 52,5 milhões de brasileiros. "Esse grupo necessita de cuidados maiores que seriam, por exemplo, políticas públicas de transferência de renda e de dinamização do mercado de trabalho", disse o gerente do estudo do IBGE, André Simões. No Brasil, o valor do indicador de pobreza do Bolsa Família é de R\$ 89, inferior ao parâmetro atual global de R\$ 145. Em 2011, o valor de R\$ 70 para o benefício era compatível com o valor global daquela ocasião (US\$ 1,25 por dia).

O gerente da pesquisa, André Simões, explicou que o valor atual está abaixo por falta de correções monetárias. "É fundamental que as pessoas tenham acesso aos programas sociais e que tenham condições de se inserir no mercado de trabalho para terem acesso a uma renda que as tirem da situação de extrema pobreza", disse André Simões. O IBGE creditou a melhora também ao crescimento do rendimento proveniente de aposentadorias e pensões. Porém, essa dinâmica está restrita à Região Sudeste. "Nas demais regiões a variação não foi significativa", informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 07/11/2019